



ACÓRDÃO Nº56/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº11323/2020.

Apenso: Processo nº 10069/2020.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão: Câmara Municipal de Beruri

4- Exercício: 2019

5- Responsável: Sr. Jose Roberto do Carmo Cruz - Presidente da Câmara Municipal de Beruri

6- Advogado: Não Possui

7- Unidade Técnica: DICREA, DICAMI E DICOP

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 72302022-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.

9- Relator: Conselheiro Luis Fabian Pereira Barbosa.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Beruri. Exercício de 2019.

Irregularidade. Multa. Alcance. Recomendação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Beruri - referente ao exercício de 2019 -, sob a responsabilidade do Sr. Jose Roberto do Carmo Cruz – Presidente da Câmara Municipal de Beruri, à época -, nos termos do art. 1º, II da Lei Estadual n. 2.423/96 c/c art. 5º, II da Resolução n. 04/2002-TCE/AM;

10.2. Aplicar Multa ao **Sr. Jose Roberto do Carmo Cruz** – Presidente da Câmara Municipal de Beruri, à época -, no valor de **R\$13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), com fulcro no art. 308, VI da Resolução n.º 04/02 – RI-TCE/AM, em razão das impropriedades que se caracterizam como atos praticados com grave infração à norma legal e regulamentar elencadas no item 1, letras “a”, “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do presente Relatório/Voto. Fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da MULTA, , na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do



ACÓRDÃO Nº56/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Considerar em Alcance ao Sr. Jose Roberto do Carmo Cruz – Presidente da Câmara Municipal de Beruri, à época, no valor de **R\$ 8.338,98** (oito mil, trezentos e trinta e oito reais e noventa e oito centavos), com fulcro no art. 304 e 305 da Resolução nº 04/02 – RI-TCE/AM, em decorrência dos superfaturamentos verificados nas restrições 1.2.1 e 1.2.2 do Relatório Preliminar nº 002/2020 e indicados no item 2 do Relatório/Voto. Fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do ALCANCE/GLOSA, mencionado no item 3, na esfera Municipal para o órgão Câmara Municipal de Beruri;

10.4. Recomendar à Câmara Municipal de Beruri que:

a) cumpra com rigor os prazos de remessa e publicação de dados ao sistema e-Contas e ao Portal da Transparência, sob pena de reincidência;

b) atente nas próximas execuções contratuais para o disposto no artigo 63, § 2º, da Lei nº 4.320/1964 e artigos 55, § 3º e 73 da Lei nº 8.666/1993, sob pena de reincidência;

10.5. Dar ciência ao Sr. Jose Roberto do Carmo Cruz – Presidente da Câmara Municipal de Beruri, à época - acerca do *decisum* a ser exarado por este Tribunal Pleno.

Vencido o voto-vista da Conselheira Yara Amazonas Lins Rodrigues dos Santos pela determinação de reinstrução do presente processo em razão da ausência de notificação quanto a possível consideração em alcance.

11- Ata: 1ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 31 de Janeiro de 2023.



ACÓRDÃO Nº56/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente não votou), Ári Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).
- 14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA
Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral